

O PROCESSO DE INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN NOS ANOS INICIAIS EM UMA ESCOLA MUNICIPAL EM IMPERATRIZ-MA

Bruno Rafael Maia Bezerra¹

Resumo: As crianças com Síndrome de Down devem estar inseridas no contexto escolar, uma vez que ao se relacionarem, conviverem e interagirem com outras crianças estarão desenvolvendo habilidades que fora desse contexto não seria possível realizar. O comprometimento com a educação visa promover uma cultura de convivência com as diferenças e as exigências legais da educação inclusiva e abrir espaço para que a cooperação, o diálogo, a solidariedade, a criatividade e o espírito crítico sejam exercitados na escola. Não se pode deixar excluídos do ensino, é crucial para seu desenvolvimento um sistema educacional que considere a necessidade de todos os alunos e que se adapte e seja estruturado de forma a atender às suas necessidades. Diversos fatores apontam a importância de uma criança com Síndrome de Down frequentar a escola. Portanto, a escola é um espaço de ensino aprendizagem, de convivência e principalmente de crescimento onde se adquire valores e jamais de exclusão. Visando discutir sobre a inclusão de crianças portadora de Síndrome de Down e buscando ver problemas que impeçam de acontecer a não interação dos alunos, buscou-se através de pesquisa bibliográfica com base na Constituição (1988), Declaração de Salamanca (1994), Sanchez (2005), dentre outros autores a base teórica. Diante disso, o objetivo geral deste estudo é investigar o processo de inclusão de crianças com Síndrome de Down e gerar conhecimentos sobre a realidade educacional que envolve a comunidade com Síndrome de Down para o pesquisador desse trabalho e também para toda comunidade escolar. Dessa forma, a pesquisa de campo, foi realizada em uma escola municipal de Imperatriz-Ma, mediante a apresentação de questionário, juntamente para com os professores, diretores e funcionários que trabalham diretamente com alunos portadores da Síndrome de Down. A intenção desta pesquisa não é somente apresentar uma crítica ao modelo de inclusão estudado, mas oferecer subsídios que contribuam para sua efetivação.

Palavras-chave: Crianças. Educação Inclusiva. Escola. Síndrome de Down.

Abstract: Children with Down Syndrome must be inserted in the school context, since when they relate, live and interact with other children they will be developing skills that would not be possible outside of this context. The commitment to education aims to promote a culture of coexistence with the differences and the legal requirements of inclusive education and open space for cooperation, dialogue, solidarity, creativity and critical spirit to be exercised at school. An educational system that considers the needs of all students and adapts and is structured in order to meet their needs is crucial to their development. Several factors point to the importance of a child with Down syndrome attending school. Therefore, the school is a space for teaching, learning, coexistence and especially for growth where values are acquired and never exclusion. Aiming to discuss the inclusion of children with Down Syndrome and seeking to see problems that prevent students from not interacting, we searched through bibliographic research based on the Constitution (1988), Declaration of Salamanca (1994), Sanchez (2005), among other authors the theoretical basis. Therefore, the general objective of this study is to investigate the inclusion process of children with Down Syndrome and to generate knowledge about the educational reality that involves the community with Down Syndrome for the researcher of this work and also for the entire school community. Thus, the field research was carried out in a municipal school in Imperatriz - Ma, through the presentation of a questionnaire, together with teachers, principals and employees who work directly with students with Down Syndrome. The intention of this research is not only to present a critique of the studied inclusion model, but to offer subsidies that contribute to its effectiveness.

Keywords: Children. Inclusive education. School. Down's syndrome.

¹Acadêmico do 8º período do curso de Pedagogia da Faculdade de Imperatriz – Facimp/Wyden. Email: brunorafael_007@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

A educação inclusiva tem adquirido um vasto espaço na sociedade, acima de tudo para que as adaptações fossem realizadas. Com isso, conscientizando comunidade de que a escola é espaço também para crianças com diferenças, e que a inclusão tornasse uma prática educativa, que reflète a especificidades de cada aluno.

Em vista disso, a Declaração de Salamanca de 1994, aprovada na Conferência Mundial da Educação Especial torna-se referência em princípio de educação para todos, pessoas com necessidades especiais que possam garantir uma vaga em uma escola, tendo intuito de ampliar esse movimento de inclusão. Para isso, o ambiente escolar torna-se responsável pelo desenvolvimento integral de cada aluno, assim, a educação inclusiva ofertar ao aluno com deficiência o prazer.

Apesar de a educação inclusiva ter crescido na sociedade, os alunos com deficiência ainda encaram obstáculos para poder conseguir essa interação. Dessa forma, é possível dizer que o educador é o elemento principal para que essa inclusão aconteça, e que o mesmo possa estar olhando de forma profissional para este aluno especial enxergando não apenas sua deficiência.

Assim, em busca de entender esta realidade e verificando esse desafio no ambiente de atuação profissional do contexto escolar, este estudo visa analisar como ocorre o processo de inclusão de crianças com Síndrome de Down (SD) em uma escola no município de Imperatriz-MA tanto na teoria, que é como o projeto é desenhado pela coordenação da instituição, como na prática como é realizado pelos responsáveis em sala de aula.

Deste modo, vale destacar a metodologia utilizada, sendo ela, o método de abordagem – método Hipotético-Dedutivo que se inicia na formulação de hipóteses e na investigação das mesmas com o objetivo de averiguar se elas corroboram com a realidade.

A pesquisa foi dividida em duas partes na primeira o levantamento de dados históricos e atuais sobre o tema, buscando o ponto de vista de vários autores da área da educação inclusiva e a segunda parte a pesquisa feita em campo assistindo o dia a dia dos alunos com a necessidade especial e ainda junto dos profissionais da área a aplicação de questionários.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Educação Especial: Leis

No dia 5 de outubro de 1988 foi decretada a carta Magna, a Constituição de 1988, assim, apresentou diversas transformações para a educação dos portadores de necessidades educativas

especiais. Diante de tais fatos, a Educação Especial passou a ser de responsabilidade da União, dos Estados, do Distrito Federal, e também, dos municípios:

II – Cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência; Art.24 – Compete a União, aos Estados e ao Distrito Federal, legislar corretamente sobre: XVI – Proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência. Art. 208 – O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: III – Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (CF/88, art. 203).

Ainda na carta Magna, no artigo 208, inciso III, vem ratificar o “[...] atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (CF/88). Com isso, em 1990, surge o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu art. 66º garante que: “ao adolescente portador de deficiência é assegurado trabalho protegido” (BRASIL, 1990). Ainda nesse mesmo contexto, o art. 4º afirma que é,

dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990, p.).

Portanto, a pessoa com necessidades especiais, não pode ser colocado para o isolamento, mas sim, deve ser integrado a uma socialização com a comunidade, pois é nessa integração que sua identidade poderá ser determinada e materializada de forma positiva. Em fase disso, o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, no artigo. 3º, indica a garantia de uma educação dentro do sistema educacional inclusivo como uma das diretrizes (BRASIL, 2011). Esse plano visa quatro pontos: inclusão social, acessibilidade e à atenção à saúde.

Para a constituição que vem sendo atualizada eventualmente desde 1988 uma atualização do decreto nº 7.611/11, informa que “é dever do Estado garantir um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e em igualdade de oportunidades para alunos com deficiência; aprendizado ao longo da vida”, o que vem a somar forças para total impedimento da exclusão feita sob justificativa de deficiência, que é inaceitável perante a atualização do decreto feita em 2011.

De acordo com, a Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96) destina o capítulo V para a Educação Especial, determinando garantias de matrículas para atender as peculiaridades da clientela de Educação Especial, oferta de Educação Especial durante a educação infantil e a especialização de professores (BRASIL, 2017).

Conforme, o Art. 58. Entende-se por Educação Especial, para os resultados desta lei, a modalidade de educação escolar, ofertada preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. (BRASIL, 2017, 39)

Diante disso, o art. 59. As instituições de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

- I. Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica para atender às suas necessidades;
- II. Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados.
- III. Professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;
- IV. Educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artísticas, intelectual ou psicomotora (BRASIL, 2017, 40).

Apesar de a legislação nacional garantir o direito à educação, a história da Educação Inclusiva, no Brasil, esteve sempre marcada pela exclusão, tanto em nível da formação do professor como nos diferentes níveis de ensino (SANTANA, 2013) A qualificação dos professores, preparação e moldagem de currículos, entre alternativas, visando sempre à melhoria da educação inclusiva, assim, possibilitando um ensino de qualidade, a fim de garantir diversas maneiras para garantir a igualdade a todos os alunos, independente de sua condição física, social, mental, entre outros.

Nesse prisma, o sistema educacional do Brasil, encontra-se perante de um desafio de obter uma educação que contemple a diversidade humana. Assim, a inclusão no âmbito escolar encontra-se em um distanciamento entre o ideal e o real, pois, o ideal encontra-se publicado e garantido legalmente para uma educação de qualidade a todos, sendo que o real necessita de condições atuais dentro do sistema escolar.

Diante de tais concepções é necessário lembrar que, a educação inclusiva é movimentada pelo conceito do novo dentro do âmbito da sociedade, assim, estabelecendo valores que se

dirigem dentro dos direitos da humanidade, com isso, concebendo as diferenças de cada indivíduo, a inclusão, e por fim, a idealização de uma sociedade inclusiva que disponha inclusiva que traduza um verdadeiro Estado democrático (MARTINS, 2006). Conforme Ainscow (1997) define seis elementos que parecem ser razões de mudança escolar:

1. Liderança eficaz, não só por parte do director mas sim alargada a toda a escola;
2. Equipa de profissionais, alunos e comunidade devem estar envolvidos nas orientações e decisões da escola;
3. Trabalho cooperativo, ou seja, as planificações devem ser realizadas em colaboração;
4. Estratégias de coordenação;
5. Fomentar o trabalho de investigação e reflexão;
6. Valorizar toda a equipa de profissionais envolvidos no processo (AINSCOW, 1997, p. 32).

Estes elementos enfatizados são relevantes para uma reestruturação da escola preparando os professores para compreender as dificuldades educativas dos seus respectivos alunos. Dessa forma, o docente que tem uma turma com alunos especiais, tem a responsabilidade de buscar as aptidões e competências necessárias para desenvolvimento do trabalho com a totalidade dos seus alunos e com cada um individualmente. Assim, o professor que promove a inclusão de seus alunos de necessidade especiais deve sempre encontra-se preparado, como enfatiza Correia (2000, p.45), para:

- Compreender como as incapacidades ou desvantagens afetam a aprendizagem;
- Identificar as necessidades educativas e desenvolver experiências de aprendizagens prescritivas;
- Individualizar a educação;
- Compreender a situação emocional da criança;
- Utilizar os serviços de apoio;
- Promover uma comunicação efetiva com os pais;
- Perceber o processo administrativo que leva a organização e gestão do ambiente e aprendizagem.

Atrelado a esse fato, Correia (2000), enfatiza as funções do professor no ensino especial, assim, abrangendo os vários níveis organizativos como:

- Identificar necessidades de formação dos professores da escola de modo a desenvolver uma pedagogia diferenciada;
- o Apoiar os docentes na criação de estratégias que ajudem a dar resposta o mais concreto possível aos grupos heterogéneos;
- o Colaborar na avaliação de programas individualizados (CORREIA, 2000, p. 51).

Estes fatores ocorrem quando existem possibilidades de sucesso para execução dos mesmos, como também o sucesso dos alunos. Diante de tal concepção é necessário lembrar que nos dias atuais, ainda existem diversos professores que não são sensíveis com a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais, assim, destacando a falta de recuso materiais, humanos, ou seja, a falta de cooperação e estas lacunas muitas vezes assustam os profissionais do ensino regular que não sabem lidar com as situações de deficiência (AINSCOW, 1997).

3. METODOLOGIA

O presente trabalho foi executado através de pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. Diante disso, a metodologia da pesquisa toma como base as classificações sugeridas por Vergara (2007):

- ✓ Quanto aos fins: pesquisa exploratória, que tem como objetivo explorar um tema pouco pesquisado, buscando fatores que contribuem para a ocorrência de um fenômeno.
- ✓ Quanto aos meios: Uma pesquisa bibliográfica e em seguida uma pesquisa de campo - Pesquisa Bibliográfica por se tratar de um assunto organizado e trabalhado com base em material já publicado (fonte secundária), ex: livros e internet. Pesquisa de Campo por se tratar de uma investigação realizada no local onde ocorre o fenômeno e onde os dados primários foram coletados além de dispor de elementos para explicá-lo.

Assim, a pesquisa de campo obteve realização em uma escola pública da Educação Infantil e fundamental em Imperatriz-Ma. Nesse sentido a metodologia da pesquisa será bibliográfica, com pesquisa de campo e seus dados com análise qualitativa.

O método de abordagem para o presente estudo será entorno do método Hipotético-Dedutivo que se inicia na formulação de hipóteses e na investigação das mesmas com o objetivo de averiguar se elas corroboram com a realidade.

Já o método de procedimento de pesquisa será realizado mediante a um processo histórico, pois se baseia nas investigações das influências ocorridas na sociedade até os dias atuais e, em um processo comparativo, comparando variáveis do passado e em diversos momentos na sociedade, destacando os fenômenos sociológicos, políticos e econômicos.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com os objetivos estabelecidos e conforme os dados obtidos durante o trabalho de pesquisa, a análise foi concomitante à coleta dos dados, emergindo como categorias: a proposta de inclusão no projeto político pedagógico, a atuação docente no processo de ensino inclusivo e concepção dos profissionais envolvidos na inclusão.

4.1 Análise da Pesquisa

A escola escolhida para o estudo, possui cerca de 6 alunos com Síndrome de Down e 5 crianças autistas. Diante disso, foi discursado aos docentes da referida escola, indagações pertinentes ao problema e aos objetivos iniciais desde estudo. A pesquisa foi realizada com 12 sujeitos, 10 professores, 1 Gestor e 1 coordenador, com isso, 90% sendo do sexo feminino e 10% masculino. Sendo que todos os professores possuem Especialização.

Os dados foram coletados através de observação e questionários, uma vez que foi

possível através do apoio da direção e dos docentes total liberdade para esta instigar e absorver todas as informações.

Diante de tais fatos, o questionário aplicado permite uma análise da realidade da região pesquisada, segue-se então o questionário aplicado.

Gráfico1 – O currículo escolar atende as necessidades dos alunos?



Fonte: Pesquisa de campo (2019)

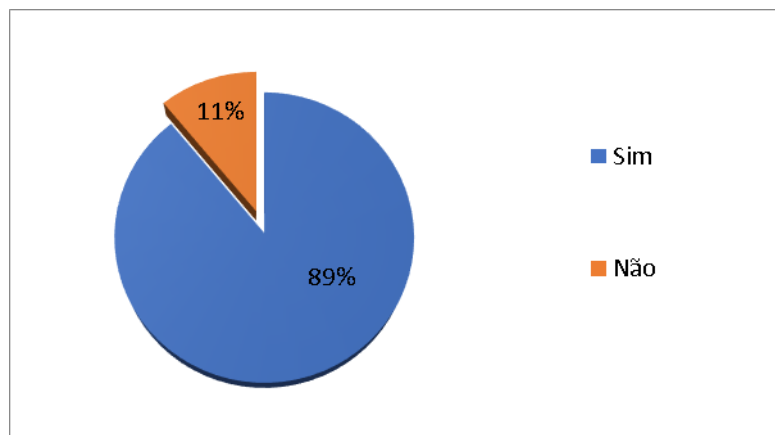
Nota-se que cerca de 95% dos entrevistados assinalaram que o currículo escolar atende as necessidades dos alunos especiais, porém 5% informaram que não ocorre esse atendimento.

Valorizar a pessoa com necessidades educacionais especiais enquanto um ser humano normal dotado de sentimentos, de desejos e de elaborações mentais. Sob esta perspectiva, a limitação passa a ser vista como uma das características do indivíduo e jamais como referência de quem ela é, pois a deficiência é uma característica da pessoa, sendo considerada parte dela, e não que a pessoa seja sua deficiência. (GUEBERT, 2007, p.37).

Salienta-se, que é importante que os alunos sintam-se motivados, e que possuam condições de buscarem informações, não apenas ao esperar do professor, mais sim, ser motivado ir em busca, assim, as instituições de ensino devem fazer projetos que atendem em receber criança com Síndrome de Down (SASSAKI, 2003).

Assim, o próximo questionamento foi pertinente se os pais ou responsáveis participavam ativamente de alguma forma para o desenvolvimento das crianças dentro do ambiente escolar.

Gráfico 2 – Os pais ou responsáveis participam ativamente no acompanhamento crianças dentro do ambiente escolar?



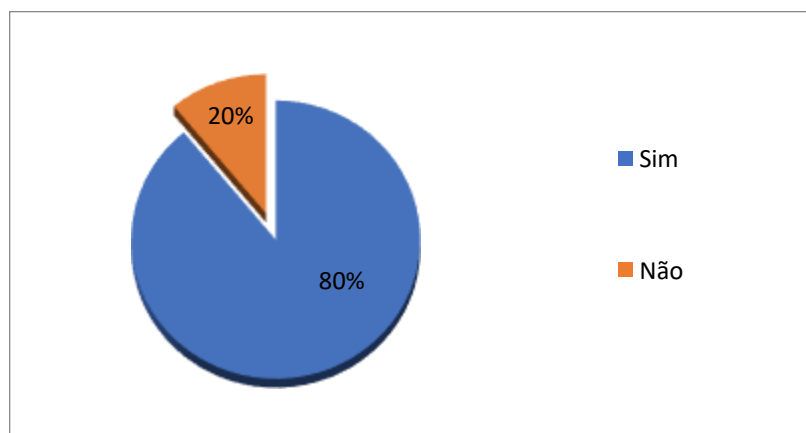
Fonte: Pesquisa de campo (2019)

Percebe-se, que 11% mencionaram que os pais são participativos nas atividades dos filhos, já 89% disseram que os pais sempre são participativos nas atividades de seus filhos, e isso D' Antino (1998) menciona que:

...quanto mais estruturada emocionalmente for a família, com relações afetivas satisfatórias, convivências de trocas verdadeiras, e quanto mais precocemente puder ser orientada, tanto maior será sua possibilidade de reestruturação e redimensionamento de funções e papéis e, conseqüentemente, de facilitação do processo de desenvolvimento de seu filho, na totalidade do Ser (D'ANTINO, 1998, p. 35).

A educação familiar deve ser realizada como ade qualquer outra pessoa, para que assim exista uma vasta interação para que o educando com Síndrome de Down se interaja com todos aqueles que estejam no circulo familiar, assim, a criança participará das atividades familiares. Diante disso, foi questionado se o corpo docente encontra-se preparado para integrarem esses alunos com Síndrome de Down (SD) juntamente com os outros alunos.

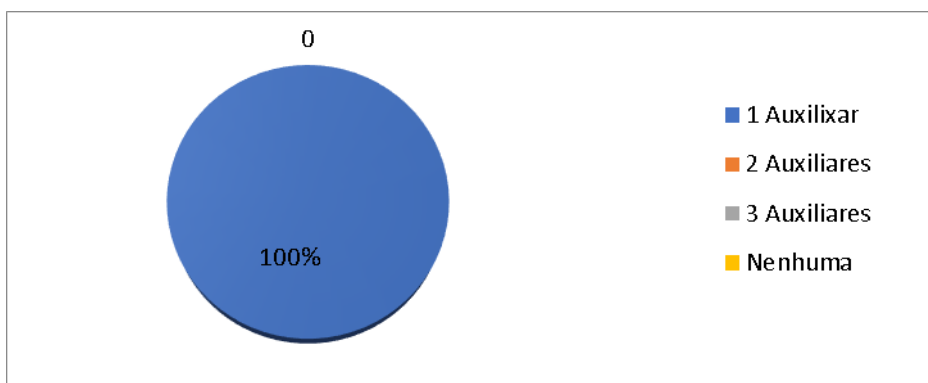
Gráfico 3 - O corpo docente encontra-se preparado para integrarem esses alunos com síndrome de Down juntamente com os outros alunos?



Fonte: Pesquisa de campo (2019)

Os 80% dos entrevistados informaram que sim, e 20% afirmaram que o corpo docente não estar preparado para integrar os alunos especiais juntamente com os outros alunos. Dessa forma, a preparação dos professores para inclusão dessas crianças com SD, deve ser de suma importância, afim de que os frutos sejam múltiplos para todos aqueles envolvidos nessa inclusão dentro da educação, os alunos, professores, família, e a sociedade em si (FREITAS, 2006). É nessas perspectivas que se aplicam as políticas públicas na educação, pois, segundo as diretrizes consideradas pelo Conselho nacional de Educação desde 1994, mediante os decretos, resoluções, e leis, estabelecem as ações básicas para implementação das à educação inclusiva. Assim, a determinação de uma Política Nacional para a Educação, essas ações governamentais buscam estratégias efetivas para a garantia de ações em nível federal, estadual e municipal (BRASIL, 2007). Logo em seguida, indagamos se na sala de aula possui auxiliar que acompanhe essas crianças com SD.

Gráfico 4 - Na sala de aula possui um auxiliar que acompanhe os alunos especiais?

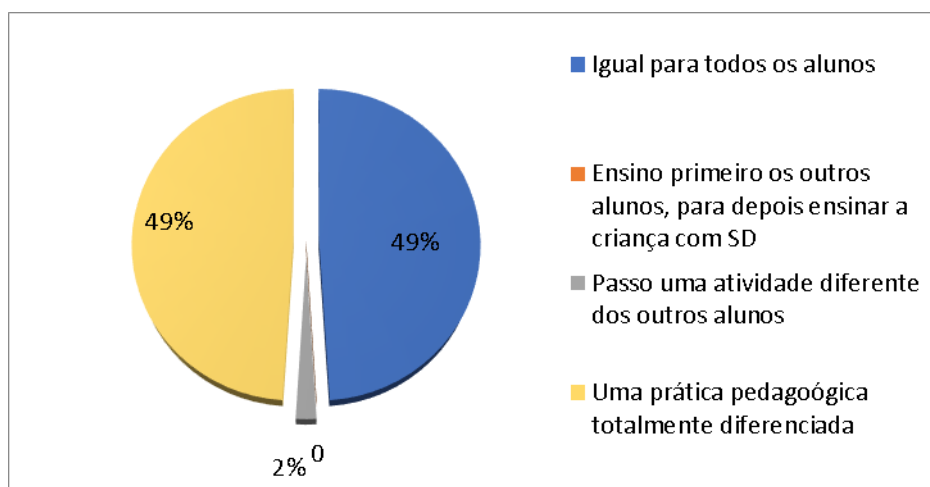


Fonte: Pesquisa de campo (2019)

Com relação a tal questionamento, todos informaram que cada sala que possui uma criança especial tem 1 (um) auxiliar (cuidador) para ajudá-los durante as aulas. Nessas perspectivas, a presente escola em estudo segue o art. 58 §4 da LDB de 1996, que os educandos com deficiência deverá ser respaldado a assistência de um cuidador, nos estabelecimento educacional na rede regular de ensino.

Desta forma, o cuidador é suma relevância dentro do ambiente escolar, pois esse auxiliar tem como função dar apoio aos alunos que necessitam de ajuda com suas dificuldades diante das realizações das atividades escolares. A pergunta seguinte foi sobre qual a sua metodologia utilizada para ensinar os conteúdos com os alunos com Síndrome de Down.

Gráfico 5 – Qual a metodologia para ensinar os conteúdos para o aluno com Síndrome de Down?



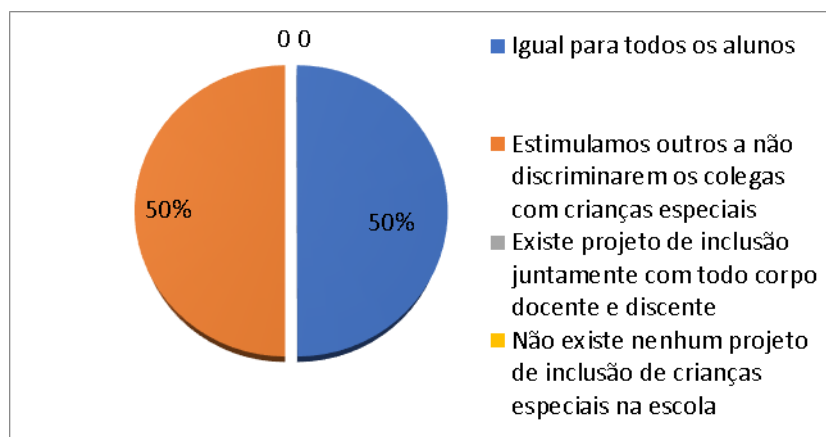
Fonte: Pesquisa de campo (2019)

Diante disso, verifica-se que no gráfico 5, cerca de 49% dos entrevistados relataram que a metodologia utilizada em sala de aula é igual para todos, sendo que outros 49% afirmaram que usam uma praticas pedagógicas diferenciada para aqueles que não possuem necessidades especiais, e 2% disseram que passam uma atividade diferenciada para os alunos com Síndrome de Down. Diante disso, segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais (1994), a educação especial deve atender os seguintes critérios:

- Realizar planejamentos e avaliações periódicas, a fim de poder suprir todas as necessidades do grupo (gerais e individuais), com constante reavaliação do trabalho.
- Valorizar a criança ou jovem, incentivando-o em seu processo educacional.
- Respeitar a variação, intelectual de cada um, oferecendo iguais possibilidades de desenvolvimento, independente do ritmo individual (BRASIL, 1994, 56).

Sabe-se que o desenvolvimento de uma criança com síndrome de down é mais lento, como a leitura, as contas e a escritas requer mais tempo a serem absorvidas. Em seguida questionado se ocorre processo e inclusão dentro do ambiente escolar.

Gráfico 6 – Como ocorre o processo de inclusão na escola?



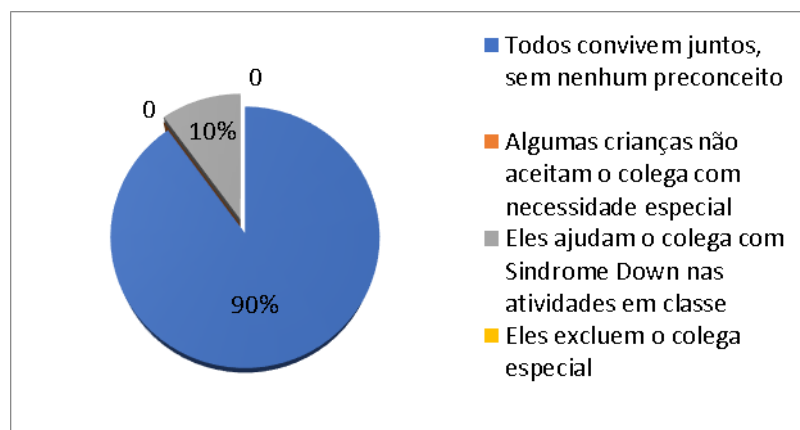
Fonte: Pesquisa de campo (2019)

Observa-se que 50% afirmaram que ocorre o processo de inclusão na escola, independente do tipo de necessidade especial do aluno, já os outros 50% assinalaram que estimulam os outros alunos a não discriminarem seus colegas com necessidade especial. Pois, “a inclusão no contexto escolar vem se efetivando, mesmo que a duras penas, buscando superar toda uma história de isolamento, discriminação e preconceito” (TESSARO, 2005, p. 109).

A educação da criança com SD é uma atividade complexa. Entre outras razões, isso se dá pela necessidade de se introduzir adaptações de ordem curricular que requerem cuidadoso acompanhamento de educadores, dos pais, da sociedade. As dificuldades de aprendizagem, os distúrbios de conduta e a problemática de sua integração completam, mas não esgotam o quadro da educação do aluno com SD (MILLS, 2003, p. 29).

Diante disso, as pessoas com necessidades especiais (incluindo as com Síndrome de Down) devem ser incluídas dentro do ambiente escolar de forma que as mesmas sintam interagidas com restante dos alunos. E, perante o convívio social que o indivíduo se reconhece como sujeito de sua própria trajetória de vida, ou seja, é mediante as ações sociais que vão fornecer instrumentos e meios para o desenvolvimento social desse ser. Assim, o próximo questionamento inserido no questionário foi sobre a interação dos alunos com as crianças com SD.

Gráfico 7- Qual a interação dos alunos com as crianças com síndrome de Down?

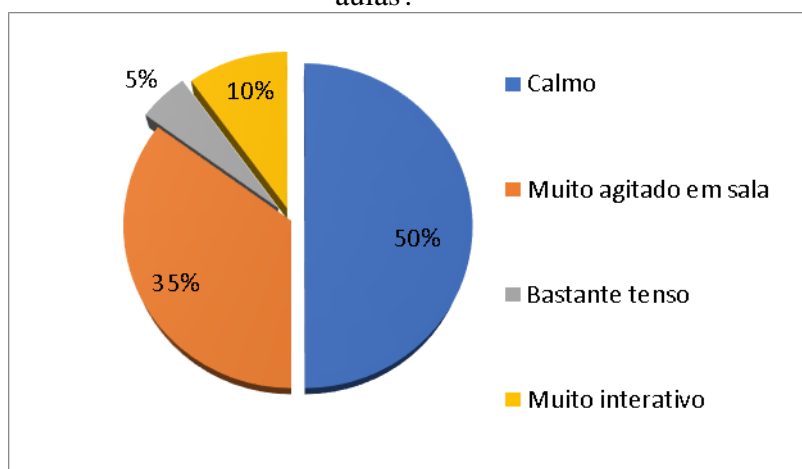


Fonte: Pesquisa de campo (2019)

Nota-se, que no gráfico 7, cerca de 90% dos entrevistados relataram que a interação dos alunos juntamente com os alunos com SD é bastante satisfatório. Diante disso, Voivodic (2004), enfatiza que as interações entre as crianças com ou sem necessidades especiais são de suma importância para a concretização no processo de inclusão escolar.

Percebe-se que a interação das crianças com SD perante os seus colegas de classe, é de suma importância, pois os mesmo socializam-se juntos sem nenhum tipo de preconceito, e com isso, todos se divertem. Assim, no gráfico 8, será mencionado sobre o comportamento dos alunos com SD no decorrer das aulas.

Gráfico 8 - Como é o comportamento do seu aluno com Síndrome de Down no decorrer das aulas?



Fonte: Pesquisa de campo (2019)

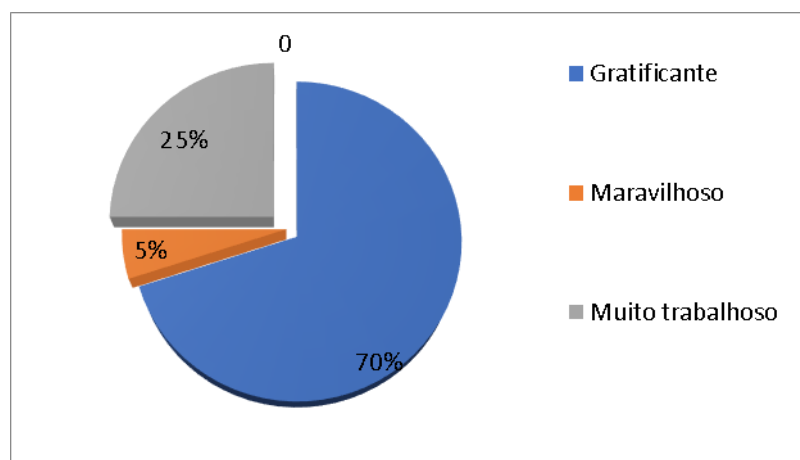
Verifica-se, que segundo o gráfico 8, cerca de 50% mencionaram que os alunos são calmo, 35% enfatizam que os alunos com SD durante as aulas são muito agitados, 5% bastante tenso, e 10% são muito interativos. Sabe-se, que o portador de SD possui personalidade que pode mudar de indivíduo pra indivíduo e estes apresentam distúrbios comportamentais, desordens de conduta, ainda seu comportamento pode variar conforme seus potenciais genéticos

e culturais, que são essenciais para o comportamento do indivíduo (JESUS, 2015). Para Schwartzman (2003, p. 58) enfatiza que:

[...] não há um padrão estereotipado e previsível em todas as crianças afetadas, uma vez que tanto o comportamento quanto o desenvolvimento da inteligência não dependem exclusivamente da alteração cromossômica, mas também do restante do potencial genético bem como das importantíssimas influências derivadas do meio.

Diante disso, sabe que, as características dos indivíduos com Down são tidas como bem humoradas, calmo, afetivas, bem humoradas, e com prejuízos intelectuais moderados, no entanto possuem comportamentos que apresentam variações, tornando-os agitados, interativos e agressivos. Em virtude disso, no gráfico 9, apresentaremos como é para os discentes trabalhar com um aluno com necessidades especiais.

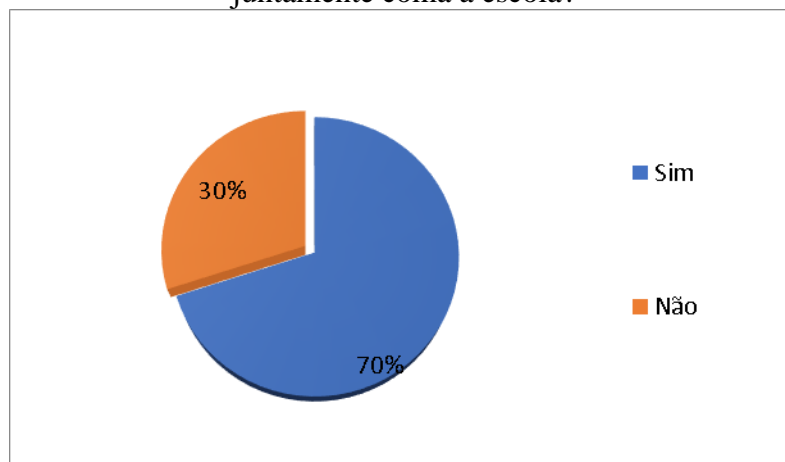
Gráfico 9- Como é trabalhar com aluno com necessidade especial?



Fonte: Pesquisa de campo (2019)

Com relação ao tal questionamento, 70% entrevistados relataram que é muito gratificante trabalhar com crianças com necessidade especiais, 25% afirmaram que é muito trabalhosos, e 5% disseram que é maravilhosos trabalhar com esse alunos. Dentre alguns argumentos mencionados durante a pesquisa, um dos entrevistados, enfatizou que, “trabalhar com crianças especiais é muito prazeroso, pois nos tira da nossa zona de conforto, e a cada dia aprendemos muito mais com esses alunos” (relatos da pesquisa de campo, 2019). Em virtude de tais fatos, a próxima pergunta, trata-se a escola possui algum projeto de inclusão dos pais desses alunos com SD juntamente com toda a escola.

Gráfico 10 - Existe algum projeto para inclusão dos pais também desses alunos especiais juntamente coma a escola?



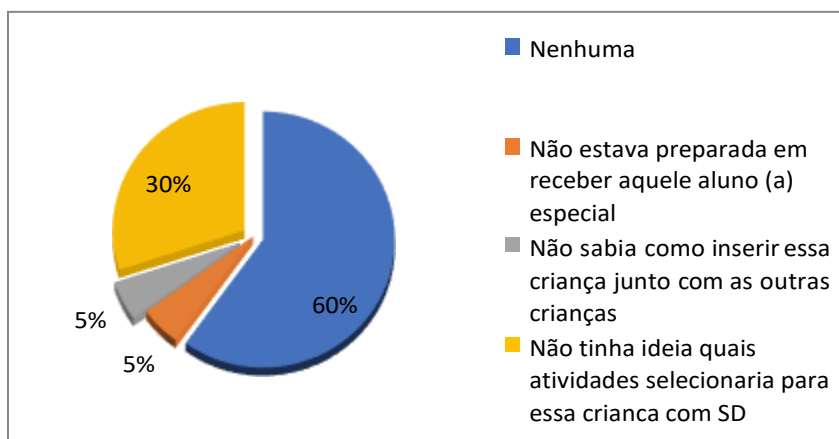
Fonte: Pesquisa de campo (2019)

Diante disso, 70% afirmaram que a escola possui projeto para estar incluindo os pais dos alunos com necessidades especiais junto ao corpo docente e discente.

O apoio pedagógico para com os familiares de crianças com síndrome de Down é de total importância para a aprendizagem de cada aluno, pois essas crianças precisam de uma orientação melhor e uma observação dos professores, um olhar diferenciado (NASCIMENTO; AVELAR; SILVA; SILVA; PEREIRA, 2018, p. 07).

A interação nos pais dentro dos projetos no ambiente escolar é suma relevância, pois assim, os pais estarão interagidos com o mundo vivido (escola) pelos seus filhos, assim, estariam mais próximos com os educando, e facilitaria o ensino aprendizagem dos mesmos. Desta forma, outro questionamento feito aos entrevistados foi referente quais as principais dificuldades encontradas pelos mesmos ao saber que em sua turma teria um (a) aluno (a) com Síndrome de Down.

Gráfico 11- Qual foi a principal dificuldade encontrada pelo docente ao saber que teria um (a) aluno (a) como Síndrome de Down?



Fonte:
Pesquisa de
campo
(2019)

Percebe-se que 60% não tiveram nenhum problema, pois eles já tinham trabalhado com alunos anos posteriores, já 30% afirmaram que não tinha ideia de como era trabalhar com SD, qual tipo de metodologia a ser utilizada, como era o comportamento das mesmas, entre outras indagações. Porém, 5% não sabia como inserir essas crianças com síndrome de down junto com outras crianças, e os outros 5% relataram que não estavam preparadas para receber esses alunos, pois, a escola em estudo não ofereceu ao corpo docente o preparo adequado, deixaram tudo para os professores resolverem. Esse fato foi um dos principais problemas mencionados durante a entrevista, pois todos eles enfatizaram que a escola não oferecia um apoio aos professores e nem mesmo aos outros funcionários, pois não eram apenas os professores que teriam contato com esses alunos com necessidades especiais.

5. CONCLUSÕES

Diante de tais fatos acima, nota-se que a escola encontra-se preparadas para acolher as crianças com Síndrome de Down, mesmo perante alguns problemas encontrados, pois tanto os professores como as crianças são prestativos e atenciosos. Também foi perceptível a boa interação dessas crianças com SD com os outros alunos. Ainda que alguns educadores não estejam totalmente preparados para trabalharem com crianças especiais, necessitando assim de um treinamento e uma qualificação específica, a escola ainda mantém uma rotina agradável e aceitável na educação dos alunos com Síndrome de Down.

Com isso, salienta-se que a escola deve possuir condições necessárias para estar atendendo a deficiência de cada educando, como também, que venha garantir a permanência e o acesso. Com relação às atividades, alguns dos entrevistados informaram que fazem atividade separada dos outros alunos, pois o aluno (a) com SD necessitam de tarefas que lhe proporcione melhor aprendizado. O papel da inclusão na escola em estudo ocorre de forma gradativa, pois, ainda tem alguns professores que se encontram com necessidade de uma formação continuada.

Outro fato relevante, está relacionado a respeito do relacionamento escola/família. Muitos dos responsáveis pelas crianças com necessidades especiais não fazem um acompanhamento de seus filhos, e essa falta acaba prejudicando o desenvolvimento social da criança com SD. Sabe-se que a educação familiar, deve ocorrer como de qualquer outro indivíduo, assim, para que haja bastante interação com o aluno com Síndrome de Down, e com isso, venha ocorrer a socialização com todos o círculo familiar, e para ampliar seu convívio social. Nesse contexto, deve destacar as questões relativas à autoestima, relacionamento, escolarização, confiança, dentre outras perspectivas sociais do indivíduo.

Desta forma, a educação da criança com SD é totalmente eficaz, mesmo com suas limitações, pois são alunos capazes de aprender, porém no seu determinado tempo. Assim, a educação possibilita há esses seres uma autonomia como também a melhoria da sua vida diária. Diante disso, a inclusão não deverá ocorrer somente com a criança, mas também com o ciclo familiar, pois este necessita de uma orientação pedagógica para saber como lidar com uma criança com Síndrome de Down, enfatiza-se, que ambos devem receber um acompanhamento de profissionais de saúde, para que a qualidade de vida da criança e de sua família seja cuidada. Conclui-se que uma comunicação adequada acerca da criança com Síndrome de Down, um estudo e preparação adequada sobre essa condição intelectual pode fazer toda a diferença na vida do aluno e principalmente na evolução do ensino escolar para a instituição de decide seguir o que é proposto pela lei, ainda nos anos iniciais de uma aluno na escola acontece toda a base para uma evolução nos anos seguintes o aluno especial como qualquer outro tem direito a educação e esta educação deve acontecer de maneira especial em momentos que isso caiba no ano letivo mas deve ser dada de maneira igual quando necessário como a não separação da criança especial das demais crianças.

6. REFERÊNCIAS

AINSCOW, M., Porter, G. & Wang, M. **Caminhos para Escolas Inclusivas**. Lisboa: instituto de Inovação Educacional. (1997).

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

_____. **Decreto nº 7.611**, de 17 de Novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, 17 de novembro de 2011.

_____. **Decreto nº 7.612**, de 17 de novembro de 2011. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limite.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil**: (Lei nº 8.069/90). Brasília, 1990.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 1996.

_____. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF, 16 de julho de 1990.

_____. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. MEC/SEESP, 2007.

CARVALHO, F. **Escola para todos?** A educação de crianças com deficiência na perspectiva da ecologia humana. Ministério do Trabalho e Solidariedade Social. Lisboa: Secretariado nacional para a reabilitação e integração das pessoas com deficiência. 2007.

CORREIA, L. M. **Alunos com necessidades educativas especiais nas classes regulares.** Porto Editora. 2000.

D'ANTINO, M. E. F. **A máscara e o rosto da instituição especializada.** São Paulo: Memnon. 1998.

FREITAS, S. N. A formação de professores na educação inclusiva: construindo a base de todo o processo. In: RODRIGUES, D. (Org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva.** São Paulo: Summus, 2006.

GUEBERT, M. C. C. **Inclusão: uma realidade em discussão.** 2 ed. Curitiba: Ibpex, 2007.

JESUS, A. P. Q. B. de. **A dificuldade de Inclusão de alunos com Síndrome De Down no ciclo I do Ensino Fundamental.** São Paulo, 2015. Leia mais: <https://www.revistaacademicaonline.com/products/a-dificuldade-de-inclusao-de-alunos-com-sindrome-de-down-no-ciclo-i-do-ensino-fundamental/> Acessado: 23/11/2019.

MARTINS, L. A. R. **Inclusão: compartilhando saberes.** Petrópolis: Vozes, 2006.

MILLS, N. D. **A educação da criança com Síndrome de Down.** In: SCHWARTZMAN, J. S. 2. ed. Síndrome de Down. São Paulo: Memnon: Mackenzie, 2003.

NASCIMENTO, M. do C. do; AVELAR, A. M. F. de; SILVA, M. S. G. da; SILVA M. do C. G. da; PEREIRA, M. de F. do N. **A Síndrome de Down: concepções dos docentes, desafios e Perspectivas na Inclusão da criança na sala de aula regular.** 2018.

SANCHEZ, P. A. **Educação inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI.** Revista da Educação Especial – Out/2005.

SANTANA, A. S. A. **Educação Inclusiva No Brasil: Trajetória E Impasses Na Legislação.** 2013.

SASSAKI, R.K. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro: WVA, 2003.

SCHWARTZMAN, J. S. (Org.). **Síndrome de Down.** 2 ed. São Paulo: Memnom: Mackenzie, 2003. Cap. 3, p. 30 – 300.

TESSARO, N.S. et al. Inclusão escolar: visão de alunos sem necessidades educativas especiais. **Psicologia Escolar e Educacional**, v.9, n.1, p.105-115, 2005.

UNESCO. **Declaração de Salamanca sobre os Princípios, Políticas na Área das Necessidades Especiais, 1994.** UNESCO, 1998.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** ed. São Paulo: Atlas, 2007.

VOIVODIC, M. A. **Inclusão escolar de crianças com síndrome de down.** 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.